

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC)

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser textual, com indicação de fonte conforme abaixo.

DOMINGUES, Oswaldo Ignacio. *Oswaldo Inácio Domingues (depoimento, 1999)*. Rio de Janeiro, CPDOC – Fundação Getulio Vargas, 2001.

Esta entrevista foi realizada na vigência de convênio entre CPDOC/FGV e ALERJ. É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

**OSVALDO INÁCIO DOMINGUES
(depoimento, 1999)**

Ficha Técnica

tipo de entrevista: temática

entrevistador(es): Carlos Eduardo Barbosa Sarmento; Marly Silva da Motta

levantamento de dados: Carlos Eduardo Sarmento; Marly Silva da Motta

pesquisa e elaboração do roteiro: Carlos Eduardo Sarmento; Marly Silva da Motta

sumário: Adriana de Albuquerque Trindade

técnico de gravação: Clodomir Oliveira Gomes

local: Rio de Janeiro - RJ - Brasil

data: 09/12/1999

duração: 2h 20min

fitas cassete: 03

Entrevista realizada pelo Núcleo de Memória Política Carioca e Fluminense, criado pelo convênio entre a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) e o CPDOC-FGV, em 1997. O Núcleo se constitui em um centro de produção intelectual e referência documental sobre a história política da cidade e do estado do Rio de Janeiro. Entre outros resultados, ele publica as entrevistas editadas na coleção *Conversando sobre Política*.

Esta entrevista encontra-se publicada no livro *A construção de um estado: a fusão em debate*. Organizadores Marly Motta e Carlos Eduardo Sarmento. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2001.

A íntegra da entrevista está disponível para consulta em áudio no CPDOC.

temas: Floriano Peixoto Faria Lima, Fusão Rio de Janeiro - Guanabara (1975), Governo Estadual, Guanabara, Oswaldo Ignacio Domingues, Polícia, Rio de Janeiro, Segurança Pública

Sumário

Sumário da entrevista disponível para consulta em áudio no CPDOC:

Fita 1-A: Comentários sobre a carreira militar do entrevistado; considerações sobre sua amizade com Floriano Peixoto Faria Lima; comentários sobre o convite para ser secretário de Segurança do Estado do Rio de Janeiro: resistência do entrevistado em aceitar o convite, considerações sobre as razões que levaram Faria Lima a indicá-lo, indicação do seu sucessor na secretaria; recusa do convite para comandar a Polícia Militar do Rio de Janeiro, durante o governo Chagas Freitas; comentários sobre a estruturação da Secretaria de Segurança: estudo do material elaborado por diversas instituições e associações sobre o problema da segurança.

Fita 1-B: Comentários sobre a estruturação da Secretaria de Segurança (cont.): contato com o secretário de Segurança da Guanabara, general Faustino, e com o secretário do Estado do Rio, tenente-coronel Siqueira, material analisado para diagnosticar a situação das polícias da Guanabara e do Rio de Janeiro; avaliação da situação das polícias da GB e do Rio de Janeiro: problemas e deficiências das secretarias de polícia, observações sobre a precária situação da Baixada Fluminense, medidas tomadas com objetivo de reorganizar a área de segurança; relacionamento com a polícia militar e a polícia civil.

Fita 2-A: Relacionamento com a polícia militar e a polícia civil (cont.); critério de indicação do comandante da Polícia Militar, Milton Paulo Rosa; considerações sobre o relacionamento com o comandante da Polícia Militar; observações sobre a Polícia Civil: conflito existente com a Justiça, medidas tomadas pelo entrevistado visando o equacionamento do atrito entre Polícia Militar e a Justiça, indicação do chefe da Polícia Civil, do chefe da assessoria jurídica e do diretor da Academia de Polícia, relacionamento com os delegados; comentários sobre a ausência de interferência política na sua gestão;

Fita 2-B: Relacionamento com os comandantes militares; comentários sobre sua atuação na secretaria de Segurança: visitas surpresas ao interior, saldos positivos da sua gestão (reequipamento das delegacias, realização de cursos de atualização para o efetivo policial e homogeneização dos cargos e salários dos funcionários); considerações sobre a indicação do substituto do entrevistado na secretaria de Segurança, general Brum Negreiros; comentários sobre a negação da promoção do entrevistado a general de divisão; considerações sobre indicação do entrevistado para o Banco de Desenvolvimento; considerações a respeito da deteriorização da segurança no Rio de Janeiro.

Fita 3-A: Considerações a respeito da deteriorização da segurança no Rio de Janeiro (cont.); avaliação sobre a política de segurança implementada pelo governador Brizola; considerações sobre o perfil e a política de segurança do governador Garotinho; avaliação da fusão do estado da Guanabara com o Estado do Rio de Janeiro.

Uma missão espinhosa

O convite do governador Faria Lima

Foi uma surpresa muito grande o convite para assumir a Secretaria de Segurança do novo estado do Rio de Janeiro?

Ah, sim, muito grande. Embora o Faria Lima e eu fôssemos amigos desde os tempos de juventude, muito antes de seguirmos a carreira militar, nossas vidas acabaram nos separando.¹ Só o reencontrei em 1973, quando estava comandando a 6ª Região Militar em Salvador; ele era presidente da Petrobrás e compareceu a uma cerimônia de inauguração ligada à sua atividade.

Pois bem. No dia 13 de dezembro de 1974, Dia do Marinheiro, fui agraciado com a Ordem do Mérito Naval. Depois da cerimônia, estava em casa quando recebi um telefonema do chefe do Gabinete Militar, general Hugo Abreu, dizendo que o almirante Faria Lima tinha indicado meu nome ao presidente Geisel para ser o secretário de Segurança. Eu pretendia realizar alguns projetos na 6ª Região Militar e lhe pedi que falasse com o presidente Geisel que eu não estava interessado, queria continuar na Bahia para realizar meu projeto de criação do Setor Militar Urbano, que havia sido proposto e preliminarmente aceito pelos altos escalões do Exército. Mas ele foi firme, disse que o presidente concordara com a escolha, portanto era definitivo.

Em seguida, telefonei para o comandante do IV Exército, general Moacir Potiguara, pedindo que ele interferisse com o presidente da República, pois eu não queria sair. Ele fez umas ligações e retornou dizendo que era definitivo. Liguei ainda para o general Reinaldo Melo de Almeida, comandante do I Exército e amigo do general Geisel, mas ele também insistiu em que eu aceitasse o posto. Resisti até quase a véspera do Natal; ali pelo dia 18 o Faria Lima me telefonou para formalizar o convite. Eu disse: “ Não queria entrar nessa linha. Vou, mas não vou satisfeito.”

¹ Ver, a respeito, a entrevista de Faria Lima em Marly Motta e Carlos Eduardo Sarmiento (org.) *A construção de um estado: a fusão em debate*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2001.

Meu nome já tinha sido cogitado uma vez, mas para comandar a Polícia Militar da Guanabara, no primeiro governo Chagas Freitas. O general Orlando Geisel, que tinha sido meu comandante na Escola de Estado-Maior, disse que queria que eu viesse comandar a PM. Eu reagi, e ele aquiesceu. Consegui pular fora, mostrando que não tinha nenhum interesse em vir para o cargo. Mas não foi possível dobrar o general Ernesto Geisel. Ele não cedeu, porque tinha assumido com o Faria Lima o compromisso de aceitar tudo aquilo que ele propusesse.

O senhor já tinha tido algum contato pessoal com o presidente Geisel?

Nenhum, a não ser quando ele, ainda capitão, comandava o curso de artilharia na Escola Militar, e eu era cadete. Já com o Hugo Abreu era diferente; ele também era da infantaria e fez o curso de estado-maior um ano depois de mim. Como companheiros de arma, nós nos dávamos bem, sem grande intimidade.

Como foi a conversa com o almirante Faria Lima? Que argumentos ele usou para justificar o convite?

Ele simplesmente disse: “Estou apelando a você. Da mesma forma que estou vindo para cá deixando a presidência da Petrobrás, estou apelando aos amigos, para formarmos uma equipe. E conto com você.” Os argumentos foram mais de ordem pessoal. Evidentemente, ele conhecia meu padrão de honestidade, de atuação. Lembrei a ele que, pelo regulamento militar, eu não poderia ficar mais de dois anos: “Não vou poder ficar os quatro anos, porque não pretendo desistir da carreira militar; você só vai contar comigo durante dois anos.” E ele me disse: “Depois a gente vê isso.”

A organização da nova Secretaria

Antes de assumir, o senhor chegou a integrar os grupos de trabalho formados pelo governador para estudar os problemas do estado?

Não. Iniciei minha tarefa sem ter qualquer idéia sobre o projeto da fusão. Cheguei no Rio de Janeiro em 6 de fevereiro e me apresentei ao Faria Lima e ao I Exército, onde fiquei adido; o general Reinaldo me ofereceu todas as condições de trabalho, colocando à minha disposição uma sala com datilógrafo, além de toda a estrutura do seu comando, para que eu pudesse me desincumbir da missão.

Quando me apresentei ao Faria Lima no Palácio das Laranjeiras, ele me apresentou ao Costa Couto, que estava coordenando os grupos de trabalho. Ele me entregou um bolo de papel e disse: “Isto é tudo o que conseguimos sobre o problema da segurança. Até dia 1º de março apresente uma proposta para a sua Secretaria”.

Fui para Angra dos Reis passar o Carnaval, levando aquele calhamaço para digerir; tinha muita fofoca, muita falação desnecessária, mas também tinha coisas boas. Inicialmente, fiz o trabalho sozinho, sem assessoria, partindo realmente do zero.

Qual era a origem desse material?

Variada. Havia contribuição da OAB, das associações de policiais, tanto da Guanabara como do Estado do Rio; de fontes oficiais mesmo, pouca coisa. Eu me dava bem com o general Antônio Faustino, secretário de Segurança da Guanabara, embora nunca tivéssemos servido juntos. Por isso, ao chegar de Angra dos Reis fui visitá-lo na Secretaria de Segurança, e conversamos bastante. Depois chamei o coronel Evaristo Brandão Siqueira, comandante da PM do Estado do Rio, para conversar – o secretário tinha sido exonerado, e ele estava interinamente na Secretaria. Inteirei-me o quanto pude dos problemas das duas Secretarias.

O senhor pediu indicação de nomes ao general Faustino?

Sim, para que pudessem me assessorar. Ele me indicou o delegado Peter Gerstein para a área policial e o Dalmo Genoíno de Oliveira para a área administrativa; a partir daí, meus contatos passaram a ser com essas duas pessoas. O Dalmo me prestou realmente bons serviços, e eu o convidei para ser meu inspetor setorial de finanças. Não mantive o Peter, embora me tenha dado boas informações, porque ele era muito ligado ao general Faustino, e eu queria fazer uma Secretaria

inteiramente nova, isenta. Na parte administrativa não havia problema, mas na parte policial eu queria gente nova. Também contei com a colaboração do então major PM Morais Sarmiento, na área da comunicação.

Do Estado do Rio o senhor teve alguma assessoria?

Só do próprio Siqueira que, por ser oficial do Exército, estava sempre comigo no quartel general, me informando sobre os problemas daquela região. Nesses poucos dias, tive que convidar gente, selecionar, fazer essas coisas todas; foi um trabalho satisfatório, mas poderia ter sido melhor, se eu tivesse tido mais tempo.

A preocupação em diferenciar sua administração da anterior obedecia a uma diretriz de governo, para marcar uma distinção com relação ao governo Chagas Freitas?

Não recebi nenhuma instrução a esse respeito. Mas no discurso de posse eu já disse que não se tratava apenas de uma mudança de secretário, mas da criação de uma nova Secretaria de Segurança; essa foi minha preocupação. Não queria fazer restrições de qualquer natureza, mas também não queria que ficasse a impressão de que era a continuação de alguma coisa.

Para fazer o diagnóstico da situação das Polícias Civil e Militar suas fontes foram, então, os documentos entregues por Ronaldo Costa Couto e as informações prestadas por elementos das duas Secretarias?

Basicamente, além de matérias de jornais. O governador Faria Lima tinha visitado várias cidades e órgãos públicos do estado, e geralmente a imprensa lhe pedia suas impressões, suas idéias; assim, pude aproveitar muita coisa dessas entrevistas e também de entrevistas de outras autoridades.

E qual foi a sua avaliação sobre as Polícias?

Evidentemente, não foi muito positiva. Depois de muitas conversas, cheguei à conclusão de que as Polícias eram deficientes em pessoal e em recursos materiais. Aqui na Guanabara a constituição dos quadros de pessoal era muito desequilibrada, consequência do tempo de capital federal. Muito político vinha morar no Rio de Janeiro, trazia seus empregados, e evidentemente, a seu pedido, esses eram colocados na polícia, como funcionários. O próprio governador Carlos Lacerda, quando acabou com os bondes aqui no Rio, lotou os funcionários excedentes na Secretaria de Segurança. A mesma coisa aconteceu com o pessoal da Panair do Brasil, fechada em 1965. Eu próprio, quando precisei renovar minha carteira de motorista, fui atendido por um pessoal oriundo da Panair. Isso tudo criou problemas para os bons policiais que a Guanabara tinha.

Já no Estado do Rio o efetivo era muito menor, se bem que os problemas estivessem mais concentrados na Baixada Fluminense; o resto do estado era mais tranqüilo. Aliás, a Baixada passou a ser uma prioridade na minha administração. O problema era complicado porque as origens dos moradores eram as mais diversas; não havia coesão social ou comunitária; havia a criação de aglomerados competitivos e desconfiados uns dos outros.

A escolha dos principais auxiliares

Qual foi o critério de indicação do comandante da PM?

Quando cheguei, já encontrei o nome do coronel Milton Paulo Teixeira Rosas, excelente oficial, que tinha servido comigo na Escola de Comando e Estado-Maior. O Faria Lima perguntou se eu tinha alguma objeção; como não fiz nenhuma restrição, o Rosas foi convidado. Ele ficou durante um tempo no comando, mas saiu porque foi promovido a general; foi substituído pelo coronel Mário Sotero de Meneses, ligado ao general Geisel, que eu não conhecia, mas que se tornou um bom amigo meu.

Foi complicada a escolha do chefe da Polícia Civil?

Não. Inicialmente, como já disse, eu conhecia pouca gente. Na Polícia Civil eu tinha três ex-colegas de estudos: o Helber Murtinho e o Zildo José Jorge foram meus colegas de ginásio, e o Edgar Pires de Sá, colega no curso de admissão à Escola Militar – não foi bem sucedido nos exames, mas me deixou uma impressão muito boa. Então, pedi ao general Reinaldo, comandante do I Exército, que me sugerisse alguns nomes de promotores públicos; ele ativou o sistema de informações e, no fim de dois ou três dias, fez uma lista com seis nomes. Dessa lista saíram o Rodolfo Avena, que nomeei chefe do Departamento Geral de Polícia Civil, o DGPC, e o hoje desembargador Manuel Carpena Amorim, que indiquei para chefe da Assessoria Jurídica. Para representante do secretário na área do interior, escolhi o delegado Sérgio Geraldo de Alencar Rodrigues, que posteriormente foi dirigir o DGPC. Na estrutura da Secretaria havia ainda o Departamento Geral de Investigações Especiais, uma área de inteligência dentro da polícia. Procurei um nome e surgiu o do Carlos Éboli, um grande técnico, homem que gostava de fazer polícia técnica, e estava no ostracismo; chamei-o para o DGIE.

Os delegados não se sentiram preteridos? Afinal, o senhor não nomeou nenhum deles.

Apesar de só o Sérgio Rodrigues ter sido nomeado, pelo menos no início não senti qualquer restrição. Os delegados da Guanabara eram muito antigos, por isso muito poderosos, cheios de si, mas a verdade é que eles eram as únicas autoridades capazes de dirigir os inquéritos. Havia cerca de 600 comissários que eram bacharéis em direito e que eram meros auxiliares da investigação – quase como um policial sem nível universitário. Ora, se eles eram advogados, decidi transformar o quadro de comissários em quadro de delegados, e com isso aceleramos a condução dos inquéritos. Criei uma estrutura com delegado A e delegado B, visando à preparação do Quadro I, que era a coisa importante, e assim foi possível tornarem-se os titulares das delegacias, tanto uns como os outros.

O senhor mencionou o inchaço existente na polícia da Guanabara, devido ao empreguismo. Durante sua gestão houve alguma tentativa de ingerência política na Secretaria?

Não, o governador nunca me pediu uma remoção sequer. Quanto aos políticos, eu recebia todos os que me procuravam; a partir de 5h da tarde eu recebia qualquer um, era só marcar audiência com minha secretária. Nunca tive qualquer problema, ninguém jamais insinuou nenhum pedido de remoção de delegado, promoção, nada. Eu tinha liberdade.

E quanto à instalação de um quartel ou uma delegacia em determinado município? Isto dá muitos votos.

Nem isso. Quando assumi, minha primeira preocupação foi terminar tudo o que estivesse em construção. O atual prédio da Secretaria na rua da Relação, por exemplo, estava ainda na estrutura, e só não o inaugurei pessoalmente por escrúpulo: eu não gostava de fazer inauguração, mas sim de colocar em funcionamento as novas instalações. Várias delegacias estavam em diferentes fases de construção – ou havia só o terreno – e eu terminei todas.

Já para a instalação dos quartéis, nomeávamos uma comissão, que selecionava os locais e oferecia soluções; discutíamos o assunto naquelas reuniões de sexta-feira e acertávamos a construção; a Emop, Empresa de Obras Públicas, realizava as obras.

O senhor fazia visitas ao interior do estado?

Sim. Inicialmente, eu só dava incertas, nunca marcava visita oficial. Minha mulher ficou muito sacrificada durante esses dois anos, porque eu usava os sábados e domingos para essas visitas. Entrava no carro e, de surpresa, dizia: “Toque para tal lugar.” Nem o motorista era avisado com antecedência, para que não cometesse nenhuma inconflidência. É claro que o problema mais comum era a ausência do policial de serviço. Mas não visitei todos os municípios, como era meu desejo, porque fiquei muito ocupado com os problemas da reestruturação da Secretaria. Para as visitas sistemáticas, eu contava com o chefe do Departamento Geral de Polícia Civil, que abrigava os Departamentos de Polícia do Interior, de Polícia Metropolitana e de Polícia Especializada; eu dava as incertas.

Sempre tive a preocupação de atuar na sugestão, conversando, falando, mandando mensagens. Todo dia, meu boletim de serviço trazia no rodapé uma frase. Por exemplo: “Polícia inteligente é aquela que investiga para prender e não a que prende para investigar”, uma coisa assim, para incentivar.

O senhor expulsou muita gente da polícia?

Não. Na Polícia Militar é mais fácil, por causa de seu regulamento, mas na Polícia Civil era necessário mandar os processos para a Secretaria de Administração. Abrimos processo contra mais de 200 policiais civis, mas a velocidade não era a mesma da Polícia Militar onde, se o policial tinha mais de dez anos de serviço, era submetido ao Conselho de Disciplina; menos do que isso, era um inquérito comum, mais fácil e rápido.

Naquela época, localizava-se no Rio o maior efetivo das Forças Armadas de todo o país: o I Exército, o I Distrito Naval e a III Zona Aérea. Como o senhor se relacionou com os comandantes militares?

Eu me dei muito bem com os comandantes da área. No I Exército estava o general Reinaldo, meu antigo comandante na ECEME e em Mato Grosso; no I Distrito Naval, o primeiro comandante foi o almirante Júlio de Sá Bierrenbach e depois o almirante Maximiano Eduardo da Fonseca, meu colega de Tiro de Guerra, e na III Zona Aérea estava o brigadeiro Mário Pagliole de Lucena, meu colega na Escola Militar. Não tive problema com nenhum deles. Agora, na área de polícia política atuavam os DOIs; aí, nós simplesmente fornecíamos pessoal: escrivães, uns poucos delegados. Jamais tive um preso político na minha área.

O general Reinaldo era rigorosíssimo nessas questões de presos políticos; visitava constantemente o quartel da Polícia do Exército na rua Barão de Mesquita, para coibir qualquer possível exagero. Eu agia da mesma maneira e, graças a Deus, não enfrentei nenhum problema; nunca se atribuiu violência a presos durante a minha gestão na Secretaria.

Tive apenas dois atritos, e com duas pessoas amigas. O primeiro foi com o Válter Pires, grande amigo meu, que comandava a Vila Militar.² Foi assassinado um coronel na Tijuca, e o Válter me telefonou para reclamar que a investigação estava muito lenta e que a Polícia do Exército poderia fazer melhor. Tive que responder à altura; no final, por pressão sobre o delegado encarregado do inquérito, prenderam um camarada inocente e tiveram que soltar.

O segundo atrito foi com o Bierrenbach. No início de 1975, o Fluminense ganhou um jogo de futebol, e nas comemorações alguns torcedores se exaltaram um pouco. Um policial os deteve e os levou para a delegacia da praça da Bandeira. Lá chegando, o comissário viu que não tinha muita importância e deu um “chá de cadeira” nos torcedores, para que se acalmassem; mais tarde, descobriu-se que um deles era filho do comandante do Distrito Naval. No dia seguinte, o Bierrenbach me telefonou, muito zangado, mas eu o acalmei, e continuamos amigos.³

Na Secretaria de Segurança

Atenção especial à Baixada Fluminense

Qual era a proposta da Secretaria de Segurança para a Baixada Fluminense?

Desde o início, demos muita atenção à região, que era fraca em tudo: saúde, transportes, escolas, habitação, infra-estrutura e segurança. Com isso, os problemas que surgiam eram graves, criando um certo *frisson* aqui na Guanabara, devido à proximidade; poderia se criar ali um foco de agitação, de caos social. Tanto que a

² Em 1978, depois de deixar o comando da 1ª Divisão do Exército, sediada na Vila Militar, o general Válter Pires assumiu a chefia do Departamento de Material Bélico do Exército até março de 1979, quando foi nomeado ministro do Exército do governo Figueiredo (1979-85). Ver *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: 1930-1995*, coord. por Alzira Alves de Abreu, Israel Beloch *et alii*. (1ª ed. Rio de Janeiro, FGV-CPDOC/Forense Universitária/Finep, 1984; 2ª ed. em atualização), designado daqui em diante pelas iniciais *DHBB*.

³ Após deixar o comando do I Distrito Naval em maio de 1975, o almirante Júlio de Sá Bierrenbach exerceu o cargo de secretário geral do Ministério da Marinha até junho de 1977, quando foi nomeado ministro do Superior Tribunal Militar (STM). Nessa função, solicitou várias vezes ao governador Faria Lima que investigasse denúncias de torturas sofridas pelos presos nos cárceres fluminenses. Em abril de

minha preocupação inicial foi a de fazer uma espécie de barreira entre as duas áreas, para restringir a criminalidade que partia da Baixada. Vi logo que tínhamos que montar ou reformar as delegacias mais próximas daquela área: criei a 40ª em Rocha Miranda, a 39ª na Pavuna, a 35ª em Campo Grande, tudo isso para evitar, inicialmente, uma invasão do Rio de Janeiro. Enquanto isso, fazíamos a previsão do que teria que ser feito na Baixada Fluminense em caráter mais permanente, como por exemplo a construção de aquartelamentos para a criação de novas unidades da Polícia Militar.

Estava previsto o aumento dos efetivos?

Sim. Acertamos imediatamente a criação de unidades da Polícia Militar: batalhões em Mesquita, Nova Iguaçu e São João de Meriti, uma companhia em Queimados e outra em Magé. Com isso, além da criação das delegacias, pensamos na construção dos aquartelamentos e no aumento dos efetivos da PM. No batalhão de Duque de Caxias ampliamos ainda mais as melhorias já feitas, para aproveitar o espaço e dar melhores condições de segurança à Baixada. Era importante que a população sentisse a presença permanente da polícia, para poder passar a confiar nela.

O senhor já tinha informações sobre a atuação de grupos de extermínio na região?

Quando cheguei, falava-se desses grupos: “polícia mineira”, Esquadrão da Morte... Felizmente, acabamos com tudo aquilo. Acho que esses grupos surgiam muito pela elitização de determinados elementos dentro da polícia, pessoas que se achavam os melhores, como o grupo conhecido como os “os homens de ouro”, por exemplo.⁴ Outra medida foi acabar com os tais informantes da polícia, os “X-9”.

Com que recursos o senhor contou para equipar a Secretaria?

1977, Bierrenbach criticou publicamente a omissão do governador na apuração das denúncias de torturas. Ver *DHBB*, op. cit.

⁴ Criado em 1969, o grupo dos “homens de ouro” constituía a elite de policiais da Secretaria de Segurança Pública do Estado da Guanabara.

Os recursos iniciais foram os que encontramos, tanto humanos quanto materiais. Mas no decorrer do tempo, consegui nomear cerca de 400 concursados do tempo do Chagas Freitas, que ainda não tinham sido chamados. O quadro policial estava muito envelhecido; para se ter uma idéia, dos cerca de 90 delegados da Guanabara, uns 25 ou 26 tinham mais de 65 anos, o mesmo acontecendo com os agentes policiais. Ora, assim ficava difícil correr atrás de bandido. Mas pela lei, eles só iam para a aposentadoria compulsória com 70 anos; tentei diminuir a idade para 65 anos, mas não consegui.

Qual era o crime que mais preocupava?

Já existia muito tráfico e muito roubo, particularmente assalto a banco, que controlamos com a Operação Apolo. Mas não havia estatísticas confiáveis para o conjunto do estado; o grau de informação sobre as atividades criminosas era muito precário. Por isso, pedimos ao IBGE uma colaboração, e nos puseram à disposição um técnico para padronizar a informação; todas as delegacias passaram a ser obrigadas a manter os registros atualizados e informar corretamente.

Mas havia outros defeitos igualmente graves. Por exemplo, um delegado da Guanabara, quando era transferido, levava pessoal, viaturas e até móveis, deixando a delegacia vazia; o substituto tinha que trazer tudo. Acontece que aqueles bens pertenciam ao poder público e tinham que permanecer nos locais. Depois de muita discussão, permiti que o delegado transferido pudesse levar, no máximo, cinco auxiliares, justamente para não interromper o serviço da área, mas não o patrimônio.

Política de atuação nas favelas

Havia alguma preocupação específica em relação às favelas do Rio de Janeiro?

Primeiro, fizemos um levantamento das favelas, pois existe muito romance em relação a elas. Diziam que a Rocinha, por exemplo, tinha não sei quantos mil moradores, mas ninguém sabia ao certo. Chegamos a um número de 750 favelas em

todo o estado, e a população total não era tão grande quanto se dizia. E outra coisa: no meu conceito, favelado era um homem de bem, tanto que minhas recomendações sempre foram para atuar com firmeza, mas sem esquecer que aquele era um homem de bem que estava vivendo ali porque não tinha outro lugar para morar, mas era um trabalhador. Agora, faríamos operações para tirar de lá de dentro o bandido, para que a população acreditasse na polícia e passasse a cooperar, certa de que desejávamos protegê-la, evitando que os bandidos passassem a dominar a área, cobrando pedágio dos moradores etc.

Qual era a relação das comunidades com esses grupos marginais?

Naquela época não era tão acentuado quanto hoje. Acredito que a lei do silêncio já existisse, mas não era tão intensa. Nós fazíamos operações – chamadas Operação Santuário – dentro das favelas para afastar da área esses elementos perniciosos. Agora, acredito que as associações de moradores tivessem ligação com eles, porque viviam ali dentro, conheciam tudo. Meu grande problema era o seguinte: os policiais ganhavam pouco e muitos moravam na favela, portanto suas famílias seriam sempre vítimas em potencial de qualquer revide. Esse é um problema muito sério. Por isso, tentamos legalizar o jogo do bicho através da Caixa Econômica, para que a Caixa tivesse condições de financiar a construção de conjuntos habitacionais para os policiais, para retirá-los das favelas. Fiz muitos contatos com um dos diretores da Caixa, o dr. Medeiros, filho do ex-ministro da Justiça Carlos Medeiros Silva, mas não chegamos a um acordo, por causa da legislação.

Como o senhor enfrentou o permanente atrito existente entre a PM e a Polícia Civil?

Não tive maiores problemas. Não sei se motivadas pela fusão, mas as duas Polícias sempre responderam bem ao que eu solicitei. O atrito existia mais pelo lado do funcionamento, pois a legislação dizia que o policiamento ostensivo seria sempre fardado, a cargo da Polícia Militar; mas existiam, particularmente na Guanabara, as Delegacias de Vigilância, de responsabilidade da Polícia Civil, que também faziam policiamento ostensivo. Acabei com todas elas e determinei que este tipo de atuação

ficaria a cargo da Polícia Militar. E disse mais: “Caberá à Polícia Militar atuar para evitar o crime e, no caso de ele acontecer, caberá à Polícia Civil fazer a investigação e toda a parte da Polícia Judiciária”.

O senhor manteve boas relações com os comandantes das duas Polícias?

Sempre mantivemos um excelente relacionamento. Todas as sextas-feiras eu promovia uma reunião com todos os chefes subordinados, inclusive o diretor do Departamento Geral de Defesa Civil. Discutíamos o que tinha sido feito, algum atrito que tivesse ocorrido e acertávamos o que fazer na semana seguinte; qualquer problema era solucionado ali, na mesma hora. Nunca houve o menor problema de relacionamento, nem com a Polícia Militar nem com a Polícia Civil; a cooperação foi sempre muito franca.

Balanco das atividades à frente da Secretaria

O senhor gostou de ser secretário ou ficou contando os dias para retornar à ativa?

Gostei muito da experiência. Por mais difícil que seja o cargo, a gente sempre ganha alguma coisa quando o desempenha com seriedade. Trabalhei até o último minuto, dando meu esforço para que a Secretaria cumprisse a sua missão. E a minha satisfação, quando saí, foi ver a avaliação favorável de toda a imprensa, que reconheceu que alguma coisa tinha sido feita para melhorar o setor de segurança pública. Além do mais, conheci muita gente de belo caráter, muito dedicada.

Quais foram suas maiores conquistas à frente da Secretaria?

O sistema de caixa único adotado pelo governo foi muito bom; nunca faltou um tostão. Pagávamos rigorosamente na liberação da fatura, atendidas as condições dos empenhos, sem problemas. Todo dia eu terminava o expediente com meu inspetor

setorial de finanças pagando tudo. Conclusão: comprávamos com vantagem, porque o fornecedor sabia que a fatura seria paga contra entrega.

Na parte material, deixei a polícia bem equipada. Só de viaturas, comprei mais de 1.500 – incluindo carros para o Corpo de Bombeiros – e recuperei outras 500 para enviar para cidades pouco movimentadas do interior. Conteí com verbas federais e estaduais; a Fundrem ajudou muito também. Nunca sofri por falta de recursos para executar os projetos aprovados. Se tivéssemos tido capacidade para fazer mais, teríamos feito. Construimos coordenadorias, delegacias, quartéis para bombeiros e para a PM, importamos armamento, importamos escada Magirus para o Corpo de Bombeiros, compramos lanchas para o Corpo Marítimo de Salvamento. Como os helicópteros da polícia não funcionavam, fizemos um acordo com a Marinha: ela cedeu três aparelhos, e o estado pagou em obras, como o asfaltamento da base de São Pedro d’Aldeia, por exemplo. Além disso, atendemos o problema do menor com a criação da Divisão de Segurança e Proteção ao Menor. Éramos, ainda, responsáveis pelas telecomunicações do estado; instalamos antenas repetidoras de TV em várias partes do estado, e compramos uma central telefônica moderna.

E na área dos recursos humanos?

Encontrei, como disse, uma heterogeneidade muito grande. Fui substituindo os velhos delegados, cansados e rotineiros, por novos, com outra mentalidade. Já com respeito à massa policial, senti que tinha que dar instrução ao pessoal. Inicialmente organizamos na Academia de Polícia cursos rápidos de 80 horas; eram duas semanas de serviço. Mas era difícil, porque tínhamos que prever passagens, diárias etc., por isso foi montado num quartel do Corpo de Bombeiros um alojamento para esses policiais que vinham do interior fazer o curso.

Além disso, incentivei muito a produção de manuais; quando saí, os primeiros já tinham sido elaborados pelo Corpo de Bombeiros e pelos Departamentos de Defesa Civil e de Polícia Metropolitana. Por exemplo, o manual de preservação do local do crime; o manual sobre relacionamento entre a polícia e a comunidade, o de abordagem. Manuais bem simples, para que todos os policiais compreendessem e fossem melhorando.

No início, tive problemas sérios para homogeneizar a nomenclatura dos cargos e funções policiais, que era diferente nos dois estados, para poder homogeneizar os salários. O pessoal do Estado do Rio ganhava muito pouco, e o padrão salarial passou a ser o da Guanabara. Tivemos que reagrupar todo o pessoal, para enxugar a estrutura, porque havia muitas subsecretarias e chefias no Estado do Rio, muita gente na cúpula. Eu queria uma estrutura bem leve, bem simples: departamentos, coordenadorias, divisões e delegacias. Só. Felizmente, para essa tarefa tive um auxiliar fantástico, o dr. Gastão Menescal, procurador do estado, que trabalhava como assessor jurídico no Departamento de Polícia do Interior. Tenho a impressão de que, quando saí, a Secretaria de Segurança era a única que estava com a nova estrutura e o trabalho de fusão totalmente concluídos.

*Como foi sua substituição pelo general Brum Negreiros?*⁵

Eu deveria retornar ao Exército em março de 1977, quando se completariam dois anos de afastamento. Pouco antes, o Faria Lima me pediu um nome para me suceder, e lembrei do general Mário da Silva O'Reilly, que estava no comando da Brigada de Petrópolis. Confesso que nem pensei na hipótese de ir para o seu lugar, embora Petrópolis fosse bom de servir, porque estava disposto a voltar para o Exército na função que me dessem; evidentemente, queria um comando, porque tinham me tirado de um. Mas tenho a impressão de que o ministro do Exército, general Sílvio Frota, imaginou que eu estivesse indicando o O'Reilly justamente com a idéia de ir para o lugar dele em Petrópolis. E negou a cessão do O'Reilly.

O Frota foi meu colega no curso de Estado-Maior; fomos capitães juntos, por isso tínhamos muita intimidade. Eu sentia que ele próprio tinha interesse em indicar o meu sucessor; então, sugeri ao Faria Lima três nomes, um dos quais o do Brum Negreiros. Eu tinha certeza de que o Frota aceitaria o Negreiros, que era seu amigo – os dois tinham trabalhado juntos no gabinete do general Aurélio de Lira Tavares. Por isso sugeri o seu nome, que o ministro não teria condição de vetar, mas que seria

⁵ O general Brum Negreiros, da arma de engenharia, serviu na Força Expedicionária Brasileira na Itália (1944-45), foi oficial de gabinete do ministro do Exército Lira Tavares, comandante do I Exército e do Comando Militar do Leste, entre outros cargos. Passou para a reserva em 1987. Ver *DHBB*, op. cit.

escolhido pelo governador. Além disso, o Negreiros era um homem capaz, que poderia tranqüilamente me substituir à frente da Secretaria.

Autorizado pelo Faria Lima, telefonei para o Negreiros, que estava comandando o Grupamento de Engenharia na Paraíba. Ele ficou surpreso, mas aceitou; o governador formalizou o convite. Quando ele chegou, fiz questão de levá-lo logo para a Secretaria, para que acompanhasse todo o trabalho, durante aqueles poucos dias que nós tínhamos. Na reunião das sextas-feiras, passei tudo o que podia para ele. E realmente, ele deu prosseguimento ao trabalho; sempre faz questão de dizer que prosseguiu aquilo que estávamos fazendo.

Em seu retorno ao Exército, o senhor recebeu o comando que queria?

Fui comandar a 10ª Brigada de Infantaria, em Recife, um bom posto. Depois de um tempo, como não fui promovido, pedi transferência para a reserva.

O senhor se sentiu punido?

Certamente. Quando fui promovido a general, o Alto Comando me indicou para promoção por unanimidade; o Sérgio Ari Pires foi o primeiro, e eu fui o segundo. Quando da promoção para general-de-divisão, éramos os mesmos concorrentes. Alegaram que estive afastado por dois anos, mas o critério não foi o mesmo para a promoção de outros oficiais. Eu me senti frustrado, inclusive porque tinha voltado para o Exército para prosseguir na carreira. Ora, acho que fui o único oficial-general que teve três comandos como general-de-brigada, além da Secretaria de Segurança.

Fiquei muito frustrado, mas tive uma compensação: o Faria Lima me nomeou para o Banco de Desenvolvimento, o BD-Rio. Não me saí tão mal, tanto é que o presidente do Banco, o Sebastião Marcos Vital, me convidou para ir com ele constituir a equipe do Mário Henrique Simonsen no Ipea. Fui para lá e depois para a Telebrás, primeiro como diretor de Recursos Humanos e em seguida passei a vice-presidente. Fiquei cinco anos e meio em Brasília.

O estado do Rio de Janeiro: 25 anos depois

A segurança pública nos dias atuais

Desde que saiu da Telebrás, o senhor se instalou definitivamente no Rio de Janeiro. Como morador, passou a observar e a sofrer a deterioração das condições de segurança no estado. Quais são as razões do agravamento dessa situação?

A polícia não produz crime, só lida com os resultados; a sociedade é que produz esse crime. Se ela vai mal, nós vamos ter maiores efeitos, a polícia vai sentir mais esses efeitos, não tenham dúvidas. Não há continuidade nas ações; cada um que chega quer fazer tudo novo. Lembro que todos ficaram bobos, quando eu disse que primeiro terminaria as obras já iniciadas, antes de começar qualquer outra. Outro problema: acho que houve muita reação à Revolução de 64, e tratou-se de destruir tudo aquilo que tinha sido feito. Hoje vemos muitos advogados criminalistas afirmando que a polícia era muito militarizada, só fazia repressão contra os problemas políticos. Ora, isso tudo cria uma dúvida no espírito do policial: “Será que eu só estava fazendo coisas erradas?”

O governo Leonel Brizola é considerado, por muitos, um divisor na política de segurança; positivo, porque inaugurou uma política de respeito aos direitos humanos, e negativo, porque deixou as favelas se tornarem locais de proteção aos criminosos. Qual é sua opinião a esse respeito?

Quando proibiu que a polícia subisse os morros ou entrasse nas favelas, o Brizola prejudicou muito a segurança. É evidente que isso limita a atuação da polícia. Não que eu concorde com atos de violência desnecessária, mas a violência é muitas vezes necessária. A polícia é preparada e organizada para usar a violência legal, sem excessos.

Logo que cheguei na Secretaria, baixei umas diretrizes dizendo que, antes de ser preso, o cidadão é um criminoso; a partir do momento em que é preso, passa à

responsabilidade do Estado; portanto quem agisse além da ação necessária para dominar o prisioneiro seria responsabilizado por isso.

Quando proibiu a polícia de subir o morro, o Brizola teve uma visão errada: pensou, como eu sempre pensei, que na favela só tem gente boa. Tem também aqueles aproveitadores, que se misturam à massa correta. O favelado vive sob a lei do silêncio, sabe que não pode falar, porque morre. Então, acho que o Brizola favoreceu realmente a proliferação desses grupos de bandidagem. Meu sentimento é o de que houve um grande prejuízo à política de segurança e a toda a população. A ida às favelas era ato de proteção às pessoas honestas que nela viviam.

O senhor vê alguma diferença entre os governos de Brizola e de Garotinho, neste aspecto da segurança pública?

Hoje, parece haver um investimento maior na polícia. Agora, o Garotinho é um homem de rádio, de *marketing*, é um bom político, é muito simpático, muito vivo.⁶ Acho que está querendo demonstrar à população que está tratando seriamente do problema, dando prioridade. Agora, outro dia ele disse que equipou a polícia com 600 viaturas e que nenhum governo tinha feito tanto; ora, em dois anos eu comprei 1.500!

Não vou entrar em debate com ele, porque poderia até ser mal interpretado. Mas acho que ele está no caminho certo, e como cidadão espero que ele se saia bem.

Avaliação da fusão

Vinte e cinco anos depois, qual é sua avaliação sobre a fusão?

Considero que o processo foi altamente positivo. O Estado do Rio estaria hoje muito atrasado, naquela politicagenzinha. Com a fusão, vê-se a pujança, seja na Região dos Lagos ou na própria Baixada Fluminense: indústrias por todo lado, um grande desenvolvimento. A Guanabara não poderia sobreviver, a não ser que fosse

⁶ Sobre Anthony Garotinho, ver a entrevista de Roberto Paraíso Rocha, neste volume.

viver só de serviços; por isso, a fusão foi altamente positiva para as duas regiões. Agora, inicialmente, quem melhorou mais foi o Estado do Rio, evidentemente; a Guanabara perdeu um pouco. Mas a perda já era anterior, aconteceu com a transferência da capital da República. E tenderia a aumentar, porque aqueles órgãos federais que ainda estavam aqui no Rio foram sendo transferidos para Brasília.

Portanto, sob qualquer ângulo que se queira analisar, minha avaliação é a de que a fusão foi extremamente benéfica, tanto para o Estado do Rio quanto para a Guanabara.